

A IDENTIDADE PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Bárbara dos Santos Gomes¹; Clarissa Assis de Carvalho²; Ingrid Bonfim Silva³; Letícia de Santana Pereira⁴; Monyse de Oliveira Gama⁵; Nelcimara Souza de Jesus⁶
^{1,2,3,4,5,6}Universidade Federal da Bahia - UFBA

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise de gênero na sociedade, enfatizando sua influência nas relações de trabalho, principalmente na profissão do(a) enfermeiro(a). Se na sociedade existem diferenças entre os sexos, conseqüentemente, elas serão refletidas no ambiente de trabalho, hierarquizando e distinguindo as atividades para homens e mulheres, fundamentadas nas características consideradas como inerentes ao sexo. Dentro do campo da enfermagem, é nítido o maior contingente de mulheres, portanto existe um preconceito do que é ser enfermeira, sendo este nosso objeto de estudo. Para melhor estruturação do escrito, inicialmente apresentamos uma visão geral do que é gênero e sua influência na sociedade e, partindo daí, abordamos as relações profissionais, focando o trabalho na enfermagem.

Palavras-chave: Enfermagem. Gênero. Trabalho.

ABSTRACT

This article presents an analysis of gender in society, emphasizing its influence on labor relations, mainly in the profession (a) nurse (a). If society there are differences between the sexes, therefore, they will be reflected in the work environment, ranking and distinguishing activities for men and women, based on the characteristics considered inherent to sex. Within the field of nursing, it is clear the largest contingent of women, so there is a bias of being a nurse, which is our object of study. To better structure the writing initially present an overview of what is gender and its influence on society and, from there, we addressed the relations professionals, focusing on the job in nursing.

Keywords: Nursing. Gender. Work.

INTRODUÇÃO

A diferença de gênero é notada desde o nascimento - as meninas ganham de presente bonecas, sendo preparadas logo na infância para a maternidade, enquanto os meninos são presenteados com carrinhos e bolas, o que reflete como eles são educados para serem fortes e independentes. Quando adultos, as diferenças refletem-se no trabalho – mulheres, geralmente, ocupam profissões que exigem paciência e jeito dócil, enquanto os homens exercem funções ditas “perigosas” que exijam esforço físico. Particularmente a enfermagem, como um campo predominantemente feminino, sofre com o reflexo de toda a história de submissão da mulher e por isso, ainda dar os primeiros passos em busca de seu espaço socialmente reconhecido.

Então, para observar a influência das diferenças de gênero no trabalho da enfermagem buscou-se fazer uma análise partindo do macro (diferenças de gênero no geral) para o micro (diferenças de gênero na enfermagem), perpassando pela interferência da questão do gênero nos setores empregatícios em geral. Esse trabalho teve como base pesquisas bibliográficas sobre o assunto abordado.

AS DIFERENÇAS DE GÊNERO

Quem deve responder pela educação dos filhos? E pelo sustento da casa? Quem tem força física, coragem, atrevimento? Quem é dócil, sensível? Quem deve convidar para sair? Essas são algumas questões que envolvem gênero, o “dever” da mulher ou do homem.

Historicamente homens ocupam posições de mando, fazendo das mulheres seres submissos. Existem várias teorias que tentam explicar essa dominação ou até mesmo justificá-la. Freud fala do complexo da castração, em que as meninas invejam o pênis dos meninos e, por essa razão, se casam e têm filhos; há outros que pensam que a mulher nada mais é do que um homem incompleto, a quem falta algo. Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do estado* diz que essa segregação surge atrelada à família patriarcal, uma necessidade do então nascente modelo econômico capitalista, como forma de assegurar a propriedade privada (herança) e consequente divisão do trabalho entre os sexos, restringindo a presença feminina ao âmbito doméstico.

O tema gênero já foi e ainda é estudado e discutido por diversos filósofos, sociólogos, antropólogos, enfim, por diversos pensadores. Na história da humanidade, as diferenças nas atribuições de deveres entre homem-mulher sempre distinguiram-se em virtude das diferenças entre sexo e idade. Nas aldeias primitivas tudo era feito em comunidade e para a comunidade, entretanto cabia ao homem conseguir alimentos e fabricar instrumentos de caça e pesca, enquanto à mulher era atribuída basicamente a função de cozinhar e cuidar dos filhos.

“O homem vai à guerra, incumbem-se de caça e da pesca, procura a matéria-prima para a alimentação, produz os instrumentos necessários. A mulher cuida da casa, prepara a comida e confecciona as roupas: cozinha, fia e cose. Cada um manda no seu domínio: o homem na floresta, a mulher em casa. Cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa: o homem possui as armas e os apetrechos de caça e pesca, a mulher é dona dos utensílios caseiros”. (Engels, 1985: p. 178)

Mas o que vem a ser, realmente, o gênero? Inicialmente, é imprescindível ressaltar a diferença existente entre sexo e gênero. Sexo é a característica natural do ser humano, o que difere biologicamente o homem da mulher, no que diz respeito apenas ao sistema reprodutor. Enquanto o gênero é aquilo que fatores socioculturais impõem e esperam que sejam seguidos, são as expectativas que a sociedade tem em torno dos indivíduos.

Vê-se então que as relações de gênero são relações de poder, determinadas pelo *status* social, baseadas em idéias estereotipadas do papel do homem e da mulher dentro da sociedade e de que maneira devem se comportar.

As relações de gênero se refletem em todas as esferas da sociedade e é reproduzida desde o início na escola através das concepções de sexualidade e atribuição de valores (meninas são mais aptas a aprender português e meninos são mais hábeis com a matemática, como se o raciocínio lógico fosse possível apenas aos garotos), na adolescência (impregnando sempre o dever de virgindade e pureza às meninas). Já na fase adulta, quando a pressão social é maior, exigindo-se que um modelo pré-concebido seja seguido, as diferenças de gênero têm caráter influenciador no trabalho.

GÊNERO NO TRABALHO

As discussões a respeito das diferenças de gênero no trabalho tiveram um *boom* na segunda metade do século XIX, quando os questionamentos da exploração da mão de obra do trabalhador — desde a Segunda Revolução Industrial (séc. XIX) — passaram a ter relação com o processo trabalho-doença dos gêneros (intimamente ligados às doenças provocadas pelas péssimas condições de trabalho). Entretanto, anos antes, os conceitos de “gênero e relações de trabalho” já davam os primeiros passos como “(...) o núcleo motor da desigualdade (...)” (OLIVEIRA, SCAVONE, 1997).

A incorporação dessas abordagens traz à tona as relações de poder entre os gêneros, não somente no mercado de trabalho, mas também na vida cotidiana, consequência dos impactos da sua divisão social. “As relações de gênero não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, construções sociais que possuem base material (...)” (et al. OLIVEIRA, Eleonora M. de; SCAVONE, Lucila org., 1997).

No mercado de trabalho brasileiro, por exemplo, há significativas e persistentes desigualdades entre homens e mulheres, tanto na questão salarial como nas distribuições dos gêneros nos vários setores empregatícios, fato evidenciado na tabela a seguir:

SEÇÃO II - POPULAÇÃO. B - POPULAÇÃO ATIVA

CAPÍTULO 10 - INDICADORES DE POPULAÇÃO ATIVA

9 - Proporção de empregados com carteira assinada em relação ao total de empregados, por sexo, segundo os grupos de idade e os ramos de atividade - 1976-1981

GRUPOS DE IDADE E RAMOS DE ATIVIDADE	EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA (2)														
	1976			1977			1978			1979			1981		
	Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo	
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
Grupos de idade															
TOTAL	61,1	65,0	52,4	58,8	62,6	51,0	60,0	63,0	53,5	59,7	62,2	54,3	58,1	60,0	54,1
10 a 19 anos	36,6	41,6	36,6	36,5	37,9	34,4	37,3	38,3	35,7	36,4	37,2	35,1	33,0	33,2	32,6
20 a 29 anos	70,0	72,9	64,1	68,4	71,1	63,0	69,0	71,1	64,8	68,2	69,6	65,4	67,0	67,6	65,9
30 a 39 anos	69,0	73,9	56,5	67,1	72,0	55,6	68,6	72,6	59,2	68,4	71,9	60,3	67,3	70,6	59,8
40 a 49 anos	63,5	68,0	50,1	62,4	67,2	49,5	64,1	67,7	54,4	64,7	68,0	56,2	62,7	66,0	54,4
50 a 59 anos	60,6	64,2	46,2	56,5	60,7	43,1	59,3	62,7	47,5	59,3	62,2	49,7	57,6	59,2	52,3
60 anos e mais	45,8	49,3	27,7	41,1	43,3	30,4	41,4	43,4	32,2	42,2	43,1	37,3	39,8	41,2	32,5
Ramos de atividade															
Atividades agrícolas	18,5	19,5	12,8	12,3	13,0	9,2	14,4	14,8	12,0	13,6	14,2	9,6	13,3	13,8	9,6
Atividades não agrícolas	69,9	77,3	56,0	69,2	76,6	55,5	70,0	76,8	57,5	69,4	75,9	58,1	67,1	72,4	57,5
Indústrias de transformação	87,8	87,9	87,4	87,6	87,3	88,5	88,2	88,2	88,0	87,2	87,3	87,0	85,4	86,1	83,3
Indústria da construção	70,1	69,9	78,3	72,5	72,3	80,8	70,2	69,8	87,5	67,5	67,0	92,2	55,0	54,6	71,3
Outras atividades industriais	88,5	88,4	90,0	86,3	85,8	92,0	86,2	86,2	86,5	85,9	85,9	86,1	84,7	84,8	83,7
Comércio de mercadorias	75,5	74,5	78,0	75,4	75,0	76,3	75,4	74,6	77,2	75,1	73,9	77,7	73,6	71,9	77,3
Prestação de Serviços	38,2	66,7	24,6	38,5	65,9	26,5	38,8	64,5	26,9	39,4	64,5	27,8	37,1	60,6	25,8
Serviços auxiliares da atividade econômica	82,1	83,3	79,3	82,0	81,2	83,9	79,2	79,9	77,9	79,2	79,4	78,8	78,4	78,9	77,3
Atividades sociais	62,4	72,9	58,3	61,3	71,8	57,4	63,7	72,7	60,1	64,6	73,2	61,5	63,7	70,6	33,2
Administração pública	50,9	48,9	59,5	43,4	40,9	54,2	49,7	46,0	62,7	48,1	45,2	58,1	52,1	49,2	61,2
Transportes e comunicações	84,4	83,5	92,5	84,5	83,5	92,3	85,1	83,9	94,3	84,3	83,0	95,1	84,4	83,3	61,4
Outras atividades	91,5	92,7	88,6	93,6	93,7	93,1	91,5	92,2	90,1	93,0	92,6	93,8	91,8	91,2	92,8

FONTE: IBGE, Diretoria Técnica, Departamento de Estudos e Indicadores Sociais. Tabela extraída de: Anuário Estatístico do Brasil 1982. Rio de Janeiro: IBGE, v. 43, 1983.

NOTAS - I - Até 1979 inclusive os dados da zona rural da Região VII - Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. Em 1981 inclusive os dados da Região VII - Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

II - O total não inclui as pessoas com idade ignorada.

III - O total geral e o das atividades agrícolas em 1976 e 1977 não incluem os parceiros e meeiros empregados.

IV - Dados expandidos segundo os novos fatores calculados com base no Censo Demográfico de 1980.

Essa tabela revela que os homens ainda prevalecem, em termos quantitativos, no mercado de trabalho brasileiro, principalmente em setores tidos como “perigosos” ou “pesados” (como pode ser observado nos percentuais de homens e mulheres em atividades agrícolas, por exemplo). Os números são relevantes indicadores de que as diferenças entre os gêneros no mercado são persistentes, e que — apesar de estarem sendo modificadas, pelo fato de as mulheres buscarem cada vez mais sua independência econômica — essa transformação ainda vem ocorrendo lentamente.

Mesmo com o avanço gradativo da entrada das mulheres no mercado de trabalho, elas ainda possuem salários inferiores aos dos homens, embora muitas vezes sejam até mais capacitadas, entretanto, pelo fato de ser mulher, sua capacidade está sempre sendo posta “à prova”.

As desigualdades relacionadas ao gênero no trabalho são fenômenos que abrangem boa parte da população, e não somente uma parcela restrita. Essas diferenças tornam-se um tipo de violência, atrelada ao

“(…) poder, privilégios e controles masculinos (...) atingindo as mulheres (...) independentemente de idade, cor, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual ou condição social. O efeito é, sobretudo, social, pois afeta o bem-estar, a segurança, as possibilidades de educação e desenvolvimento pessoal e auto-estima das mulheres”. (Saúde da Mulher e direitos reprodutivos: dossiê; Rede Saúde, p. 105.)

Essa realidade exige relevantes ações das políticas públicas para inclusão, participação e igualdade entre os gêneros. Apesar das políticas públicas estarem mais atuantes, muitas coisas ainda precisam ser alcançadas, assim como relatado em Saúde da Mulher e Direitos Reprodutivos: dossiê, p. 103

“(…) Se hoje contamos com leis que avançam no campo dos direitos humanos, outras ainda são tão anacrônicas que precisam ser alteradas com urgência. A incompatibilidade entre a lei e a prática social, assim como os esforços insuficientes dos governos para fazer valer os acordos internacionais nesta questão constituem-se em negação aos direitos humanos (...)”

Direitos esses que além de não serem respeitados, acarretam nas visíveis problemáticas dos impactos sociais, como a violência institucional e assédio sexual no local de trabalho.

A inclusão da mulher nos ambientes de trabalho desfavoreceu a sua mão de obra, além de sua ascensão só ter ocorrido na década de 70. Em maioria hegemônica suas funções são menos qualificadas que as dos homens, ocupando cargos inferiores que não exijam esforço físico ou tomadas de decisões, delegando a elas apenas atividades e funções mais “amenas”, que requeiram habilidade e paciência.

Outro agravante também é o fato da idade fértil, estado civil e presença de filhos dificultarem as contratações. Pela Legislação, toda mulher tem direito a licença maternidade, então por que o argumento de que elas terão de se afastar do trabalho por causa da gravidez ainda permanece como empecilho para sua contratação? E quando contratada, por que esse direito não é respeitado?

Esses questionamentos são frutos das desigualdades que predominam entre os gêneros e é refletido em diversos setores, sejam eles públicos e privados. A Enfermagem é um exemplo prático do reflexo dessas relações desiguais.

GÊNERO NO TRABALHO DE ENFERMAGEM

Atribui-se, quase que involuntariamente, à enfermagem como sendo profissão de mulheres. Esse estereótipo está longe de ser simplório, já que remete a uma trajetória histórica de submissão feminina.

É fato notório que essa profissão é composta, em sua grande maioria, por mulheres. Porém isso não aconteceu por mero acaso, está diretamente relacionado com a história das mulheres e com os mecanismos socioculturais construídos ao longo de anos.

Para que haja um melhor entendimento do porquê a enfermagem se tornou uma profissão feminina é indispensável considerar o surgimento da enfermagem e o contexto social e histórico inserido nesse acontecimento: Segundo Ehrenreich e English (1974) é necessário compreender o surgimento e evolução da Enfermagem a partir de uma perspectiva de gênero.

Na pré-história as práticas de cuidado eram de caráter essencialmente instintivo e já eram atribuídas às mulheres, que praticavam o cuidado da prole e eram responsáveis pelos afazeres domésticos nos grupos nômades.

La enfermería es tan antigua como la existencia misma del hombre, puesto que el arte de curar nació del deseo de protección y ayuda al débil, al enfermo, al desamparado; cualquier expresión de esta naturaleza está vinculada a la profesión de enfermera. La madre que atiende al niño enfermo y le prodiga sus mil cuidados es siempre la visión que añade a nuestro ojos al pensar en la primera enfermera de la humanidad. (MOLINA, 1973, p.3)

Com o passar do tempo o conhecimento adquirido se desenvolveu e foi transmitido através de gerações, dando origem a mulheres parteiras, curandeiras e feiticeiras.

A Europa medieval foi marcada pela dominação da Igreja, onde as mulheres eram consideradas inferiores aos homens e a dor do parto significava castigo divino. Nessa época, as práticas de saúde correspondem às práticas leigas desenvolvidas por religiosos. A enfermagem ainda não tinha uma conotação profissional, mas de sacerdócio, de abnegação, de espírito de serviço e de obediência.

Como pode-se constatar o cuidado da família e os afazeres domésticos são tarefas que sempre foram designadas às mulheres e, ao que tudo indica, isso fez com que elas passassem a se dedicar também aos problemas de saúde.

O fato das mulheres, em épocas passadas, terem de demonstrar sempre servidão e submissão fez com que elas se tornassem, sob a ótica da sociedade vigente, perfeitas para cumprir o papel de enfermeiras. Dessa forma, ocorre a naturalização do papel feminino para essas atividades de cuidado.

Com o nascimento do cristianismo e a visão político-ideológica da Igreja o exercício da prática médica pelas curandeiras passou a não ser reconhecido e mais ainda, perseguido. Aquelas mulheres, antes responsáveis pelo cuidado, passam, então, a serem vistas como bruxas e perseguidas pelos tribunais da Santa Inquisição, acabam queimadas em praça pública.

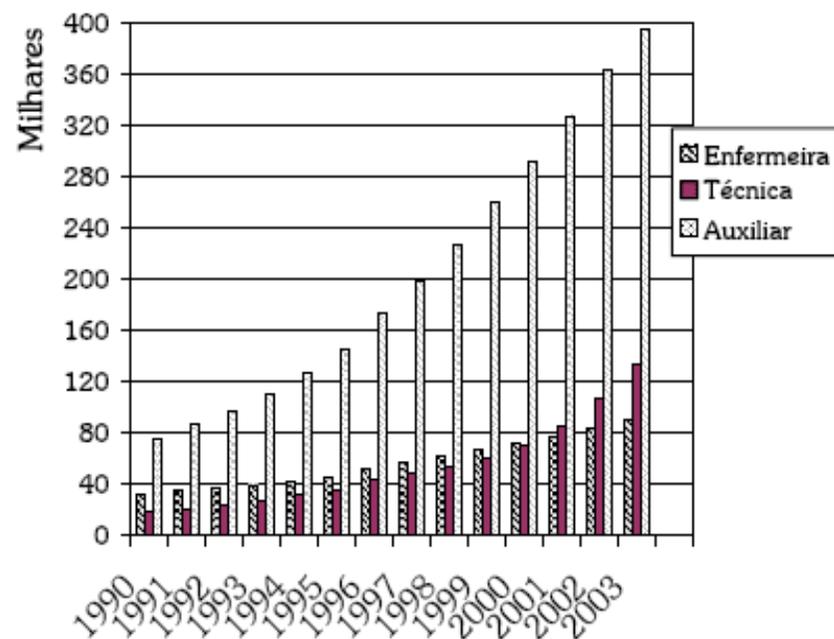
As práticas das curandeiras e parteiras são proibidas e começam a surgir os médicos diplomados, chamados de médicos reguladores. Quando foi institucionalizada então, toda essa característica feminina do cuidado é transmitida à profissão que é vista como uma extensão da Medicina e, portanto, a ela submissa.

“... a ideologia da enfermagem, desde sua origem e, em particular, a Ana Neri, para os brasileiros, significa: abnegação, obediência, dedicação. Isso

marcou profundamente a profissão de Enfermagem – o enfermeiro tem que ser alguém disciplinado e obediente. Alguém que não exerça a crítica social, porém console e socorra as vítimas da sociedade. Por essa razão, os enfermeiros enfrentam sérias dificuldades de ordem profissional, desde as longas jornadas de trabalho, baixos salários comparados aos de outros profissionais do mesmo nível, enfim, sua organização política é frágil e quase sem autonomia...” (GERMANO 1984 p.25)

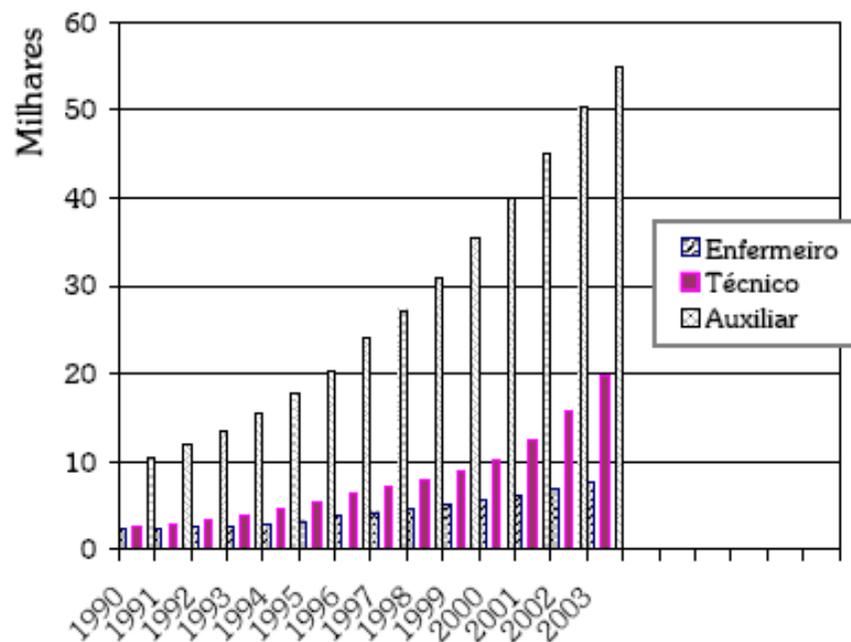
As desiguais relações de gênero colocam homens e mulheres em posições opostas. Isso é bastante perceptível no mercado de trabalho, onde os enfermeiros, mesmo trabalhando nos mesmos cargos, são melhores remunerados do que as enfermeiras — ainda que a enfermagem seja uma profissão predominantemente feminina como observado nos gráficos a seguir, onde, por exemplo, em 2003 enquanto o número de enfermeiras se aproximava de 400 mil o de enfermeiros não chegava aos 60 mil.

GRÁFICO 2: Trabalhadoras de enfermagem do sexo feminino, por categorias, no período de 1990 a 2003, Brasil, 2004.



Fonte: dados primários COFEN, elaborado pelas autoras, Porto Alegre, 2004.

GRÁFICO 1: Trabalhadores de enfermagem do sexo masculino, por categorias, no período de 1990 a 2003, Brasil, 2004



Fonte: dados primários COFEN, elaborado pelas autoras, Porto Alegre, 2004.

Um estudo realizado por Rosana Pinheiro e Roseane Medeiros (Departamento de Enfermagem/Universidade de Caxias do Sul) aponta que

(...) diferenças de Gênero Masculino e Feminino na prática profissional e tendo problemas com a identidade da profissão; o que parece estar associado às questões culturais de como os homens e mulheres se percebem exercendo a Enfermagem. Os homens enfermeiros vêem as mulheres enfermeiras atuando na profissão como uma extensão doméstica; eles, por sua vez, acreditam ser melhor respeitados no ambiente de trabalho.

Portanto, a análise das relações de gênero e toda complexidade que a envolve, em nossa sociedade, poderão direcionar novos saberes e ações sobre a situação atual da Enfermagem, que sofre com o baixo prestígio social, cujos profissionais possuem pouco poder de mobilização, além de baixos salários, sendo colocada em posição subalterna quando comparada com a medicina e outras profissões ditas masculinas.

CONCLUSÃO

A efetivação de programas e procedimentos que erradiquem as diferenças de gênero é fundamental para que as relações de poder entre os sexos se extingam. Um passo importante em relação à influência dessa desigualdade na inserção social da enfermagem como uma profissão reconhecida acaba de ser dado pela Universidade Federal da Bahia com a mudança do currículo acadêmico do curso, onde a chave é pensar na profissão não apenas tecnicamente, mas politicamente e assim impulsionar um caminho de mobilização e mudança. É claro que modificar a realidade das diferenças de gêneros, enraizadas em nossa sociedade envolve toda uma complexidade e toca na questão de como os indivíduos se apropriam do que é cultural, no entanto, "... as diferenças entre mulheres e homens são construídas socialmente e, por isso, passíveis de mudanças" (NASCIMENTO, 1996).

REFERÊNCIAS

BIAGIO, Rita de. **Meninas de azul, meninos de rosa**. Revista Criança: do Professor de Educação Infantil: Brasília, 2005. p. 33-7.

LOPES, M. J. M. (Org.); MEYER, D. (Org.); WALDOW, V. (Org.). **Gênero e saúde**. v. 1, 1ª. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 156.

MELO, Cristina. **Divisão social do trabalho e enfermagem**. São Paulo: Cortez, 1986.

MONTENEGRO, A. **Ser ou não ser feminista**. Coleção Cadernos Guararapes. v.3 1ª ed. Pernambuco: Guararapes, 1981. p. 104.

NASCIMENTO, E. R.. **Gênero e enfermagem**. Salvador: Positiva, 1996.

OLIVEIRA, Elonora Menicucci de. **A Mulher, a sexualidade e o trabalho**. Hucitec CUT: São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, Elonora Menicucci de; SCAVONE, Lucila. (ORG.). [et al]. **Trabalho, Saúde e Gênero na era da globalização**. AB: Goiânia, 1997.

Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. **Saúde da mulher e direitos reprodutivos: dossiês**. Rede Saúde: São Paulo, 2001. p. 103.